

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
AgInt na RECLAMAÇÃO Nº 35731 - PE (2018/0079211-3)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : FRANCISCO DE FREITAS CASTRO FILHO  
**ADVOGADOS** : RUBENS FERNANDO MENDES DE CAMPOS -  
GO008198  
VALDENÍSIA MARQUES SILVA - GO022358  
**AGRAVADO** : JOÃO PAULO GUERRA GALVÃO  
**AGRAVADO** : PADRAO-INDUSTRIA DE DERIVADOS ANIMAIS  
DO NORDESTE LTDA  
**AGRAVADO** : IVANILDO SANTANA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ THOMAZ PINHEIRO CAMELLO - PE016472  
MARCONIA BRUCE BARROS - PE014431  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A  
REGIÃO

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. CONSTITUCIONAL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. GARANTIA DA AUTORIDADE DE DECISÃO. AUSÊNCIA DE AFRONTA. PEDIDO IMPROCEDENTE. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. O agravo interno não impugnou todas as razões da decisão agravada, pois não refutou, de modo fundamentado, a ausência de afronta a decisão desta Corte e de invasão de sua competência, e o fato de não ser cabível a reclamação contra julgado de Tribunal Regional do Trabalho, nem por alegação de ofensa a súmula não vinculante. Incidência da Súmula nº 182 do STJ.

3. Em razão do desprovimento do recurso, e da anterior advertência em relação a onerações do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa em que tirada a reclamação, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

4. Agravo interno não conhecido, com imposição de multa.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, em não conhecer do recurso, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Buzzi e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

Brasília, 19 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator

